

A Missão Das Classes Armadas

Raul PILLA

4.10.45

(Copyright dos "Diários Associados")

Normalmente não cabe às classes armadas intervir, como tais, na solução das questões políticas. Civis e militares concordam geralmente em condenar semelhante intrusão, que constituiria, antes de tudo, um desvio das importantes funções que aos militares competem na vida da nacionalidade.

Mas, se indubitável parece o acerto deste princípio, não menos indubitável é que a abstenção total e completa não se coadunaria, na presente conjuntura, com a responsabilidade contraída pelas classes armadas e com os próprios deveres do seu patriotismo.

Ninguém reclama que os militares se sobreponham à Nação, assumindo-lhe a tutela. Se assim fôsse, teriam eles o direito e o dever de se recusar. O que se pede é justamente o contrário: que, uma vez por todas, devolvam a Nação a si mesma, libertando-a das peias que a tolhem e das insidias que a sobrecarregam.

Se invadido estivesse o País, ninguém duvida de que a elas caberia principalmente a tarefa de o libertar. Pois bem, não está o País invadido pelo estrangeiro, mas ocupado há longos anos por uma Ditadura expropriadora que, lançando mão de todos os meios persiste em manter-se. Inerme se acha o povo diante dela, porque o voto, ontem concedido, lhe poderá ser arrancado amanhã, se pretender utilizá-lo para se libertar. Outra significação não tem, evidentemente, a campanha agora desencadeada para a convocação de uma assembléa constituinte e a postergação do pleito presidencial. Mudaria o fundo da cena, mas o sr. Getúlio Vargas continuaria a dominar o País, enquanto não chegasse o momento de ceder o ceptro a outra e mais terrível ditadura.

Assim, para que as classes armadas possam retomar a sua

estrita missão constitucional, a missão que exercem em todas as nações cultas, mister se faz, primeiro, que o País se liberte e recupere o arbítrio e a soberania das suas decisões. Enquanto um simples decreto lhe puder arrancar o que outro havia concedido, tudo será incerto, precário, ameaçador e inteiramente desamparados estaremos contra todos os golpes.

A missão tutelar que às classes armadas incumbe no momento decorre primeiramente da própria situação em que, há oito anos, se encontra o País e da qual dificilmente poderia sair por suas próprias mãos; mas decorre também na responsabilidade em que, mais por omissão, do que por comissão, incidiram elas ao desfechar-se o golpe de Estado de 1937.

Não dá como fugir da culpa da tolerância, senão da conivência com a Ditadura getuliana, quando ninguém mais a poderia ter evitado ou suprimido; mas há como resgatar esta culpa, impedindo, pela persuasão da força ao serviço da lei, da liberdade e da justiça, possa continuar o regime do arbítrio, da opressão e da injustiça, que tamanhas devastações tem produzido.

Tal é a missão das classes armadas na conjuntura em que se premedita nova e talvez mais temível usurpação das liberdades públicas. Que elas têm plena consciência da missão e, mais do que isto, a estão exercendo patrioticamente, demonstram-no as recentes declarações de alguns dos seus eminentes chefes. Pode a Nação ficar descansada, que já passou o período dos golpes e mistificações e a ela, sómente, caberá decidir os seus destinos.